

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM UM CONTEXTO DE AUSTERIDADE FISCAL

Amanda Bezerra de Carvalho ¹

INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo de crises econômicas, políticas e institucionais têm afetado diretamente a estrutura orçamentária das instituições públicas de ensino superior do Brasil, conseqüentemente, políticas públicas de expansão sofrem reflexos diretos. Diante dos atuais desafios que emergem para o sistema educacional brasileiro, em especial a educação superior, na qual as políticas públicas educacionais colocaram em evidência o discurso do público e do privado, ou ainda, pela necessidade de construção de um eficiente modelo educacional apto a enfrentar os desafios do século XXI, torna-se imprescindível uma melhor compreensão da base estruturante da educação pública superior brasileira, que se constrói através do financiamento público.

O trabalho inicia-se com a investigação sobre a forma na qual se construiu o discurso constitucional a respeito de duas palavras-chaves para a pesquisa: educação e financiamento, a partir da previsão nas Constituições brasileiras. Posteriormente, retratam-se as políticas públicas de educação superior, chegando ao financiamento das instituições públicas de âmbito federal, aprofundado pelo estudo sobre a Universidade Federal do Cariri, fazendo alusão ao Desenvolvimento Sustentável enquanto marco essencial para o desenvolvimento. Para tanto, serão retratados neste resumo expandido apenas uma parte dos resultados obtidos na pesquisa de dissertação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia envolveu basicamente a pesquisa do tipo estudo de caso, com a abordagem dos dados pelo método qualitativo. Para tanto, os dados foram coletados através das pesquisas documentais, análise de documentos oficiais, revisão bibliográfica, aplicação de

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri - UFCA, Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Advogada. E-mail: bzrramanda@gmail.com;

questionários semiestruturados aos dirigentes de Pró-Reitorias da UFCA. A aplicação dos questionários foi realizada nos meses de junho e julho de 2021 objetivando aprofundar questionamentos a respeito do financiamento da UFCA, diante de enormes desafios nos quais as Instituições Federais de Ensino estão enfrentando em face de seguidos contingenciamentos, reduções e cortes de verbas, bem como sobre a relação que a UFCA mantém com o Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Medicina do Cariri (CEP/MEDCARIRI/UFCA), sob o Parecer de número 4.734.920. Sobre as características analisadas nos questionários respondidos por dois participantes da Universidade Federal do Cariri foram utilizados alguns passos da Análise Textual Discursiva (ATD) e a utilização do *corpus* textual pelo Iramuteq, a partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) promovendo a partir da divisão em classes de palavras um agrupamento de acordo com a associação e o percentual diagnosticado no *corpus*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise do *corpus* textual promovido pela Iramuteq foi possível subdividi-los em três classes textuais para melhor compreensão das respostas obtidas nos questionários. A Classe 1 – Manutenção da educação superior no contexto de dificuldades, demonstrou a segunda de menor expressividade com base no conteúdo analisado (30,2%). As palavras com maior representativa foram: valor, manutenção, dificuldade e potencial. O ano de 2020 trouxe inúmeras surpresas para todas as áreas com a pandemia provocada pelo SARS-CoV-19, um tipo de coronavírus o Covid-19, modificando radicalmente as formas de relacionamento na sociedade mundial.

A educação precisou se adequar as novas exigências e modificações, as atividades pedagógicas passaram a ser realizadas de forma remota com o uso de ferramentas síncronas e assíncronas. Arelado a esse contexto de crise mundial as universidades públicas federais vem sofrendo constantemente uma queda no seu orçamento, o que dificulta o crescimento das IES e a realização de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, como recentemente diversas instituições anunciaram que estavam em situação crítica, ameaçadas de encerrar completamente as suas atividades devido à ausência de orçamento adequado (ANDES, 2021). Ainda segundo a ANDES o corte na Lei Orçamentária Anual de 2021 reduziu o orçamento destinado ao ensino superior no percentual de 18,2%, em comparação com o ano de 2020. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior (Andifes), o corte de 1 bilhão no orçamento das universidades federais atingiu diretamente a assistência estudantil com valor de R\$ 177,6 milhões que seriam destinados a auxílios para estudantes carentes.

Uma das preocupações argumentadas pelos participantes reside na manutenção de verbas públicas para o custeio dos serviços essenciais ao funcionamento da Universidade, pois para se alcançar os objetivos sociais, faz-se necessário investimentos contínuos e adequados por parte do Poder Público. Segundo documentos nacionais, como a Constituição Federal de 1988 e documentos internacionais como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil, a educação de nível superior deve tornar-se acessível a todos, com base na sua implementação progressiva. Assim, não se implementa políticas públicas expansionistas com base em restrições, cortes e contingenciamentos de verbas das Universidades Públicas.

Na Classe 2 – Preocupação com o orçamento do ensino superior, tem-se a menor expressividade, com apenas 28,3%. Os vocábulos com a maior representatividade são: ensino, superior, orçamento, viabilizar, instituição, pesquisa, pandemia e auxílio. A associação das palavras mais expressivas conclui a preocupação que existe dentro da universidade sobre o orçamento para as áreas de pesquisa e a concessão de auxílio aos estudantes, principalmente num contexto de Pandemia. Essa classe reforça os argumentos tratados na classe 1, portanto, são classes que se complementam. Para alcançar a manutenção do ensino superior em tempos de crise faz-se necessário maior investimento por parte do Governo Federal. O cenário extremamente preocupante envolve as ações de ensino, pesquisa, extensão, políticas e ações afirmativas de inclusão e assistência a estudantes em condição de vulnerabilidade social. Entidades sindicais, educacionais, estudantis e científicas lutam pela recomposição e alocamento de novos recursos para a educação.

Segundo Silva e Rissi (2017) no Brasil o orçamento público respalda-se em legislações orçamentárias com fundamento da CF/88, sendo composta de três instrumentos básicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, os recursos públicos ainda se mostram escassos, com seguidas restrições. Indiscutivelmente a educação superior pública agrega valores para a democratização, acesso e permanência dos estudantes, principalmente aqueles que são oriundos de escolas públicas, historicamente travando lutas pelo direito a educação pública, gratuita e de qualidade (SILVA, *et. al*, 2012).

A Classe 3 – Recursos para o desenvolvimento de projetos sociais e sustentáveis, possuidora da maior expressividade (41,5%), apresentou os seguintes vocábulos mais

significativos: projeto, recurso, social, meio, impacto, ação, cultural e desenvolvimento. Para atingir os fins dessa classe mostra-se necessário a instituição de políticas públicas que priorizem a educação e seus projetos sustentáveis e sociais. A educação em todos os seus níveis é um dever do Estado, um bem público, que deve ser ofertado a toda coletividade. Portanto, detentor do status de direito social, capaz de modificar o meio social dos indivíduos e propiciar uma sociedade mais justa e igualitária, introduzindo o desenvolvimento como sustentabilidade, sendo este capaz de ampliar as dimensões qualitativas e subjetivas (SACHS, 2004).

No que se refere à sustentabilidade a Universidade Federal do Cariri possui em seus projetos, planos e diretrizes a inclusão de propostas relacionadas aos temas justiça social, responsabilidade com o meio ambiente, a integração com o desenvolvimento sustentável através de ações como: previsão na missão, valores e instrumentos reguladores internos; contratações sustentáveis; orientações e desenvolvimento de projetos sustentáveis; inclusão no currículo de habilidades e conhecimentos sustentáveis, como a educação ambiental; conservação e reutilização de água, lixo, biodiversidade etc. Contudo para sua concretização, faz-se necessário orçamento adequado, e não restritivo. Pois, sem investimento público a concretização dessa função restará mitigada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação consiste no pressuposto essencial a formação do Estado Democrático de Direito, a propagação de informações, a construção da nação, ao processo educativo de caráter fundamental a construção de uma sociedade justa e igualitária, formando sujeitos capazes de vivenciar os atos de ação-reflexão (FREIRE, 1980).

A origem do ensino superior no Brasil tem um contexto elitista, onde apenas a classe nobre seria detentora da formação superior, em detrimento das minorias que permaneciam à margem do direito a educação. Sobremaneira, quando se analisa a atual situação do ensino superior no Brasil observa-se a tentativa de permanência da continuidade de um ciclo excludente. Numa sociedade desigual, a participação da população ainda encontra-se distante de uma perspectiva real de inclusão da maioria da população brasileira que segue excluída das decisões políticas, onde a classe dominante privilegiada favorece o alto empresariado.

Os governos estabelecem uma lógica de contenção de gastos/acionamento de recursos para o financiamento de instituições de ensino superior públicas federais, sendo afetadas diretamente o custeio, o pagamento de pessoal, investimento e manutenção. O teto dos gastos

públicos implementado pela EC 95/2016 agride os direitos sociais, atingindo diretamente o preceito básico de reduzir as desigualdades sociais e econômicas, senão atenuá-las.

Afinal os problemas no Brasil não se reduzem ao padecimento de recursos, mas sim de completa ausência de governantes responsáveis para com a defesa dos direitos de todos. E não como diariamente vê-se a aprovação de projetos de lei visando os interesses de uma minoria, que simboliza a classe dominante desse país. Com os dados propostos no trabalho ficou evidenciado o percurso sólido pelo qual a UFCA busca a continuidade de suas atividades tão essenciais para a região, e o quanto tem sido atingida pelos seguidos corte e contingenciamento de verbas, implicando na redução de subsídios aos estudantes e os projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A implantação da UFCA provocou grande impacto positivo na região do Cariri, e isso só é possível através do financiamento de suas ações, com a ampliação de novos cursos, corpo docente, técnico, estrutura e todo o acervo que se mostra tão essencial a concretização da educação superior no interior do Estado cearense. Outrem suas atividades são permeadas pela inclusão do desenvolvimento sustentável na sua missão, valores, ações, projetos, em toda a sua cadeia estrutural, por ser uma Universidade arraigada com a região a qual se encontra inserida.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Financiamento da educação superior; Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson C. Financiamento da educação superior no Brasil: gastos com as Ifes – de Fernando Collor a Luiz Inácio Lula da Silva. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 258-282.

ANDES, SINDICATO NACIONAL (ANDES-SN). **Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. 3. Ed. atual. Rev. Brasília: ANDES-SN, outubro de 2003. (Cadernos ANDES, n. 2)

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; REIS, Luiz Fernando; GUIMARÃES, André Rodrigues. Dívida Pública e Financiamento da Educação Superior no Brasil. **Revista Acta Scientiarum**, v.40, p.1-12, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed; 2010.



FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. 3ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, M. W; RISSI, M. **Orçamento e estratégia na gestão universitária: um estudo bibliométrico**. 2017.

SILVA, P. M. et al. Planejamento Orçamentário: As práticas da Universidade Federal de Lavras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 209-227, dez. 2012. Quadrimestral. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p209/23688>>.
Acesso em: 09 ago. 2021.